



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI N.º 005/2023, 12 DE JANEIRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA A
REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por finalidade:

- I - Garantir, disciplinar e elaborar as Audiências Públicas, para apresentar e debater com a população, os projetos do PPA, LDO e LOA do Município de Boquim;
- II – Cumprir o que diz respeito à Constituição Federal, a Lei 4.320/64, e o art. 9º, § 4º da LRF;
- III - Normatizar os procedimentos de realização de audiência pública;
- IV - Proporcionar aos cidadãos oportunidade de expressar seus pleitos, sugestões e opiniões;
- V - Identificar, de forma mais ampla, os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública;
- VI - Dar publicidade a um assunto de interesse público que estará sendo objeto de análise pelo Governo Municipal, como apresentação do acompanhamento das metas fiscais.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange a todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Boquim, em especial a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Gabinete do Poder Executivo através do Departamento de Controle Interno.

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

- I. Audiência Pública: Direito constitucional que garante ao administrado a participar diretamente da Administração Pública (art. 1º CF) e propicia a troca de informações com

Rosa Célia Marcedo
Controladora Municipal



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

o administrador. Sua realização é condição de validade do ato administrativo, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal;

II. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

III. Plano Plurianual – PPA: Instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro de anos. Demonstra as diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras da administração pública;

IV. Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO: Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre PPA e LOA;

V. Lei Orçamentária Anual – LOA: Programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CAPÍTULO IV BASE LEGAL

Art. 4º Esta Instrução Normativa encontra-se amparada na Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Estatuto das Cidades, Lei Orgânica do Município e Legislação correlata.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º Compete Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Gabinete do Poder Executivo através do Departamento de Controle Interno coordenar a realização de audiência pública com eficácia e eficiência, observando os prazos estabelecidos, para cumprir as incumbências de:

I. Estabelecer cronogramas de atividades anuais para realizar as audiências públicas, com prévia definição de datas e dos locais;

II. Elaborar o edital de convocação e Regimento Interno;

III. Dar publicidade por meios de comunicação de forma a possibilitar a ampla participação popular no evento;

IV. Definir dentre os cidadãos da comunidade, personalidades e entidades que deverão

Messa Silva Miranda
Controladora Municipal



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ser convidados quando necessário;

V. Convocar dentre agente públicos municipais dos quais incumbem o dever de participar da audiência pública;

VI. Estabelecer dados mínimos que deverão ser apresentados e a forma de apresentação, bem como quais aspectos deverão ser esclarecidos ou enfatizados na audiência pública;

VII. Organizar as reuniões com a respectiva metodologia;

VIII. Registrar o evento: a ata da Audiência, fotografias, formulários físicos e/ou eletrônicos dentre outros meios hábeis;

IX. Arquivar adequadamente os registros de comprovação do evento e disponibilizá-los quando necessário.

Art. 6º A publicidade do evento, Inciso III do art. 5º, deverá obedecer ao objetivo constitucional de informar o maior número de cidadãos possíveis.

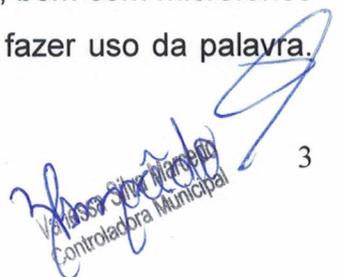
CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

Art. 7º Cronograma para realização de audiência pública no município de Boquim:

I. Da Convocação: Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Gabinete do Poder Executivo através do Departamento de Controle Interno procederá todos os trâmites necessários para a realização da audiência pública no município. As audiências públicas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias através de aviso publicado nos órgãos de imprensa do município, devendo conter as informações sobre seus objetivos, data, horário, local, prazos e condições para inscrição, além da agenda básica da audiência.

II. Do Convite/Imprensa/Divulgação: Fica sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação ou quem lhe fizer a vez, enviar convites para todos os meios de imprensa, promover a divulgação do evento nos seguintes meios de comunicação: rádios, jornais, TV, etc no que couber. Os convites deverão ser encaminhados para todas as autoridades do município e entidades de classe filantrópicas, culturais e religiosas.

III. Preparativos Finais: Checar previamente se o local escolhido está de acordo, se existem cadeiras, mesa para as autoridades e para a coordenação, bem com microfones para a mesa e microfones soltos para as pessoas que quiserem fazer uso da palavra. Recomendasse que o som seja testado antes do início do evento.


Valéria Silva Marinho
Controladora Municipal



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

IV. Audiência Pública - Abertura: A abertura da audiência pública será realizada pela unidade responsável pelo Cerimonial ou a quem for delegado o poder, explicando os objetivos, conduzindo os trabalhos e apresentado os componentes da mesa.

V. Fala das autoridades e das pessoas escolhidas para se pronunciar: O Coordenador da Mesa Diretora passará a palavra aos participantes, de acordo com a ordem de inscrição, fixando-lhes o tempo destinado às manifestações. Deverá abrir oportunidade para manifestações por parte daqueles da plateia que quiserem expor alguma sugestão ou encaminhamento ou mesmo quiserem fazer algum questionamento sobre o assunto (determinando respeito pelo tempo dado).

VI. Encerramento dos trabalhos: A audiência pública será realizada em horário definido, a critério da Mesa Diretora, entretanto, poderá ocorrer a antecipação do encerramento ou prorrogação dos trabalhos. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora. Deverá o responsável divulgar o resultado da audiência pública através dos órgãos de imprensa do município e no Portal da Transparência do órgão.

VII. Do Registro da Presença: A audiência pública será objeto de registro em ata com respectiva lista de presença e das decisões tomadas no evento.

CAPÍTULO VII DOS PRAZOS

Art. 8º O Edital de Convocação estabelecido no Inciso II do art. 5º deve ser publicado no prazo mínimo de 7 dias de antecedência.

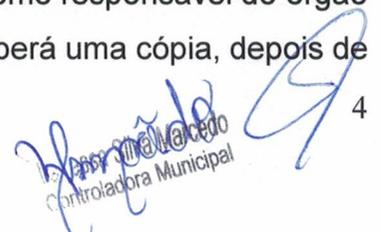
Art. 9º As audiências públicas para elaborar e discutir o projeto da LDO e LOA serão realizadas anualmente, conforme regulamenta a LRF.

Art. 10 As audiências públicas para elaborar e discutir o Plano Plurianual – PPA serão realizadas no ano de elaboração, conforme regulamenta a LRF.

CAPÍTULO VIII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 11 Todos os servidores das unidades executoras deverão cumprir as determinações e atender aos dispositivos constantes na respectiva Instrução Normativa.

Art. 12 O Secretário Municipal de Administração e Finanças, como responsável do órgão central de origem da execução desta Instrução Normativa receberá uma cópia, depois de


Controladora Municipal



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

aprovada, que deverá ser divulgada a todos os servidores que por ela sejam disciplinados ou meramente envolvidos.

Art. 13 Caso haja necessidade de eventuais alterações na presente Instrução Normativa o responsável pelo Departamento de Controle Interno, deverá comunicar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, que juntamente com os setores envolvidos elaborarão uma nova versão, contemplando as novas necessidades.

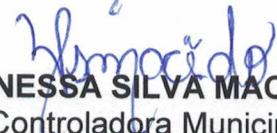
Art. 14 Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Instrução Normativa deverá ser dirimida junto ao Departamento de Controle Interno.

Art. 15 Os termos contidos nesta Instrução Normativa não eximem a observância das demais normas competentes.

Art. 16 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Boquim, SE, 12 de janeiro de 2023.


ERALDO DE ANDRADE SANTOS
Prefeito Municipal


VANESSA SILVA MACÊDO
Controladora Municipal